



ACÓRDÃO Nº517/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12009/2022.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração
- 3- **Embargante:** Fundação Estadual do Índio – FEI
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. Ademir Carvalho Pinheiro
- 6- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 7- **Relator Substituto:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento. Ciência. Arquivamento.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 8.1. **Conhecer** dos Embargos de Declaração, interpostos pelo **Sr. Vanderlei Alvino**, em face do Acórdão nº 1734/2022– TCE–Tribunal Pleno, proferido nos autos, pelo adimplemento dos requisitos dispostos no art. 145 da Resolução nº 04/2002 RITCE/AM;
- 8.2. **Dar Provimento** aos Embargos de Declaração, interpostos pelo Sr. Vanderlei Alvino, em face do Acórdão nº 1734/2022– TCE–Tribunal Pleno, proferido nestes autos, no sentido de sanar o erro material apontado pelo Embargante, de maneira que o item 11.2, do supramencionado *Decisum* passa a ter a seguinte redação:
 - 8.2.1. **Aplicar Multa ao Sr. Zenilton de Souza Ferreira e ao Sr. Edivaldo dos Santos Oliveira**, pelas irregularidades não sanadas apontadas nas restrições nº 2.3 e 7.1, com fulcro no art. 54, II, “b”, da Lei nº 2.423/96, no valor de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), cabendo o valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais, e oitenta centavos) a cada um dos



ACÓRDÃO Nº517/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

gestores e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

8.3. Dar ciência ao Embargante, o **Sr. Vanderlei Alvino, ao Sr. Edivaldo dos Santos Oliveira, ao Sr. Zenilton de Souza Ferreira** e à Fundação Estadual do Índio – FEI, a respeito da decisão dos presentes Embargos de Declaração, com a cópia do Relatório-voto e da decisão;

8.4. Arquivar os autos, após expirados os prazos regimentais.

9- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 28 de Março de 2023

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº517/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO em 30/03/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 6976FE5D-6A82476D-F57712C0-557EF627